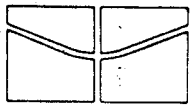


COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS



Editores Universidade de Brasília

Campos Sales

**Da Propaganda à
Presidência**



A minha eleição

Como a nação recebeu o governo de Prudente de Moraes. — Relações entre o presidente e o Congresso. — O Partido Republicano Federal. — A cisão política de 1897 e a influência que nela exerceu o ato de insubordinação da Escola Militar. — Manifestações de Minas e da Bahia na escolha do candidato à presidência da República. — A Convenção homologa a opinião republicana pela minha candidatura. — Como aceitei a candidatura e me apresentei ao eleitorado nacional.

Para precisar devidamente os caracteres do momento político em que surgiu a minha candidatura à presidência da República, é preciso rememorar acontecimentos que a precederam.

O governo de Prudente de Moraes se inaugurara a 15 de novembro de 1894 sob os mais promissores auspícios: era o advento do primeiro presidente civil, e a nação o saudava com alegria, descortinando através desse acontecimento o feliz presságio de uma era de paz e de efetiva garantia do direito e da justiça. Os seus antecessores, ambos militares, haviam exercido as funções de governo numa fase revolucionária e perturbada por contínuas e profundas agitações. O país como que se sentia desafogado e pressentia o início de um período fecundo de benefícios, um período de tranquilidade e de ordem, abrindo espaço às mais livres expansões do progresso. Do meio em que me achava, pude observar que tal era o sentimento nacional.

Na esfera propriamente política não era menos lisonjeira a expectativa. Os adversários de Floriano, que eram muitos, acolheram o seu sucessor como uma esperança; e os chamados florianistas, aqueles que lhe tinham guardado inquebrantável fidelidade até ao último momento, se bem que se mantivessem em atitude mais reservada ante o novo governo, todavia o receberam, senão como um entusiasta, pelo menos como um circunspecto e leal continuador das normas e da política do Marechal de Ferro.

Deste conjunto de opiniões resultou para o governo que se inaugurava uma situação excepcionalmente feliz: o apoio, talvez unânime, no Congresso, na imprensa, na opinião nacional. Jamais um governo se encontrara em circunstâncias tão favoráveis para encetar com coragem, decisão e atividade a obra de reconstrução que o estado do país reclamava. Não havia senão garantir a ordem e governar; mas, governar ao influxo de uma vontade esclarecida e bem determinada. A nação não lhe regatearia força moral para esta obra grandiosa, tão inequívocas eram as manifestações do geral consenso.

Os congressistas que se retiraram depois de ter assistido à posse do presidente, levando aos Estados as suas animadoras impressões, achavam-se de novo reunidos em maio, todos desejosos de cooperar com o governo a bem dos altos interesses da República. A realidade das coisas já não parecia, entretanto, corresponder à expectativa do primeiro momento. Na política, a desconfiança e a dúvida; na administração, a incerteza e o desalento — eis o aspecto real da situação em maio de 1895. Os trabalhos do Congresso começaram a ressentir-se da ausência de direção, tornando-se sobretudo sensível a falta de uma convivência mais íntima, de vínculos mais estreitos nas relações entre os dois poderes. O presidente, instado para dar a conhecer de modo menos reservado o seu pensamento sobre as medidas legislativas de que pudesse precisar, respondia, atrás do seu retraimento, que era assim que ele compreendia o preceito constitucional da separação e independência dos poderes soberanos. — “Eu sou Executivo, vós sois o Legislativo”.

Não teria seguramente outra linguagem o presidente do Supremo Tribunal Federal, quando se referisse aos outros poderes da nação. Mas a doutrina se afigurava de um rigor tão excessivo, que tocava as raias do absurdo, em se tratando do Executivo e do Legislativo, que devem cooperar coordenadamente e em uma aproximação tão estreita e tão cordial, que possa assegurar a unidade da ação governativa. Isto só pode deixar de ser necessário quando o governo, desorientado, anda ao acaso, sem um pensamento, sem um plano preconcebido, sem idéias a combinar. Tomada a separação como um divórcio, nos termos em que parecia concebê-la o presidente, o governo representativo seria o mais detestável de todos os sistemas de governo, porque seria, sem mais nem menos, um governo de anarquia.

Dessa falsa compreensão resultou a inaudita esterilidade administrativa, que no fim do quadriênio havia abismado o país na moratória.

Foi na primeira metade deste período presidencial que floresceu o Partido Republicano Federal, planejado e organizado, ao findar o governo do marechal Floriano Peixoto, pelo Sr. Glicério, que assumiu a sua direção por aclamação quase unânime dos que a ele se filiaram. Chefe popular e cheio de prestígio pelos serviços e pela pasmosa atividade de ação que exercera entre os propagandistas da República; a sua autoridade política elevou-se ao ponto de se lhe atribuir

im
pri
cor
seu
igu
nacopi
nacrev
cas.
mu
adr
reg
per
par
a u
reo
pré
do
Nu
atit
des
dev
des
con
Ma:lhe
aos
lhin
de :
regi
dep
conte, t
de s
nov

imperiosa ascendência sobre o espírito do Sr. Prudente de Moraes durante a primeira fase do seu governo. As revistas ilustradas da época pintavam-no conduzido pela mão do Sr. Glicério na atitude automática do cego que obedece ao seu guia. O certo é que no atual regime nenhum homem político, fora do poder, igualou o prestígio pessoal a que atingiu o Sr. Glicério naquela fase da política nacional, embora não tivesse sabido concentrar o comando e imprimir disciplina.

Num incidente em que me achei envolvido pude verificar que, efetivamente, a opinião do Sr. Glicério tinha um grande peso no ânimo do supremo magistrado da nação.

Era muito agitada nos círculos parlamentares a questão da anistia aos revolucionários do Sul, e, apenas, nos primeiros dias de sessão, já em ambas as casas do Congresso Nacional se cogitava de projetos nesse sentido. A mim também muito me preocupava o grave assunto. Parecia-me que a normalidade na administração da República dependia fundamentalmente da pacificação daquela região do país, onde, não obstante os esforços do governo de Floriano Peixoto, perdurava a guerra civil, cuja ação reflexa se fazia naturalmente sentir por toda a parte, ameaçando a ordem interna. Pensava eu que fazer a paz seria abrir caminho a uma ação mais eficiente por parte do governo no trabalho urgentíssimo da reorganização do serviço público, profundamente perturbado por efeito da própria situação revolucionária em que se encontrava o país desde a proclamação do novo regime. Era assim que eu concebia a obra da consolidação da República. Nunca me anuviou o espírito o temor do fantasma da restauração monárquica. A atitude dos adeptos do regime decaído no dia 15 de novembro de 1889 deixou-me desde a primeira hora a convicção de que a República não tinha adversários, que devessem ser temidos. Consolidar as novas instituições não era, portanto, atacar e destruir inimigos, que pelo menos não constituíam uma força ponderável, mas completar a organização dos aparelhos democráticos e normalizar as suas funções. Mas isto era obra a ser realizada ao influxo da ordem e da paz.

Fui ao palácio do Itamaraty e expus o meu pensamento ao presidente. Disse-lhe que se me afigurava conveniente, a bem da pacificação do Sul, oferecer aos *Federalistas* uma ponte – a anistia. As minhas idéias tiveram tão bom acolhimento, que dali saí com a incumbência de formular um projeto, que teria de ser apresentado como substitutivo de outro, que já então corria os trâmites regimentais no Senado e que eu considerava demasiado restrito. Poucos dias depois voltei a Palácio para submeter ao exame do presidente o meu projeto assim concebido:

“Art. 1º – É concedida anistia a todos os brasileiros que, direta ou indiretamente, tiveram tomado parte na revolução de fevereiro de 1893, no Sul, ou na revolta de setembro do mesmo ano, iniciada na baía do Rio de Janeiro, e que no prazo de noventa dias da publicação da presente lei depuserem as armas e se apresentarem

às autoridades civis ou militares no território nacional, ou aos representantes diplomáticos do governo da República, em território estrangeiro.

§ 1.º Excetuam-se desta disposição os oficiais superiores e generais do Exército e da Armada e os civis que, como cabeças, tiverem deliberado, excitado ou dirigido o movimento, ou assumido o comando de corpos organizados, ou tomado parte em governo ou junta governativa revolucionária.

§ 2.º Ao Executivo compete conhecer e discriminar administrativamente as responsabilidades definidas no parágrafo anterior, com relação aos que ficam privados dos benefícios da lei.

§ 3.º Os oficiais militares, incurso na pena de perda de postos, não voltarão à efetividade deles por virtude desta lei.

Art. 2.º – Revogadas as disposições em contrário”.

Como se vê, continha grandes restrições o projeto; mas, no momento, foi tido como exageradamente liberal e, combatido com veemência no Senado, foi rejeitado por um voto de maioria.

Mas o Sr. Prudente de Moraes adotou-o com ligeiras modificações e recomendou-me que o apresentasse sem demora ao Senado, como se vê da sua carta de 15 de maio a mim dirigida:

“Restituo-vos o vosso projeto com modificações que me parecem convenientes – 1.º, para abranger os que se apresentaram ou se apresentarem antes do prazo de noventa dias; – 2.º, autorizando o governo a prorrogar o prazo de noventa dias. Convirá abreviar o andamento do projeto Ladário, para apresentar o vosso”.

Em presença desta declaração tão categórica, no dia seguinte anunciei da tribuna do Senado que tinha um substitutivo muito mais amplo a apresentar, quando viesse à discussão o projeto Ladário. Esta declaração foi mal recebida nos círculos dos intransigentes e o Sr. Glicério apressou-se em ir ao Itamaraty. Recebi logo a seguinte carta, com data de 21 de maio:

“A idéia da anistia está produzindo agitação e há muitos que entendem que ela constitui um recuo das idéias emitidas na mensagem. Convém que o meu nome seja afastado das discussões – nas duas casas do Congresso: por isso, o vosso projeto não deve aparecer com a responsabilidade do governo, tanto mais quando ainda tenho dúvida sobre algumas das suas disposições – que dependem de estudo. Consta-me que a maioria da Câmara recebeu mal a idéia e prepara-se para rejeitá-la – e não convém expor-me a esse desastre.

O Glicério está magoado por não ter sido ouvido e mostra-se muito contrário à idéia da anistia”.

op

par
pace qu
ante
rece
plai
sua
mes
sus
Rep

dên

pres
lado
criav
neces
mes
bilid
do R1
clara
influ
movi
agita
emar
agir s
so ge
dispcE
gerav
avass.C
uma

É evidente que a conferência com o chefe do Partido Republicano Federal operou uma profunda transformação no espírito do presidente.

Encerra grande valor, como documento que a História recolherá com particular interesse, o depoimento espontâneo do general Inocêncio Galvão, o pacificador do Sul.

Em uma série de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, em maio de 1898, e que, segundo a versão corrente na época, passavam pelo gabinete presidencial antes de terem publicidade, o ilustre militar fez a reiterada afirmação de que, ao receber a investidura do comando do 6º distrito, “ocultara inteiramente o seu plano de pacificação ao Sr. Presidente da República”, e tanto cuidado pusera na sua premeditada reserva, que “do que fez, dos primeiros passos que deu antes mesmo de embarcar e do que tencionava fazer depois, até o momento de conseguir a suspensão de hostilidades, nada absolutamente comunicara ao Sr. Presidente da República”.

E, como para justificar esse retraimento sobre assunto de tamanha transcendência, acrescentou na sua narração:

“Em longa conferência que tive com o Sr. Presidente da República, pude prescrutar-lhe os sentimentos e desejos mais íntimos; e, conhecendo, por outro lado, os embaraços que à livre expansão e satisfação desses sentimentos lhe criavam os amigos políticos, que o apoiavam então, percebi desde logo a necessidade que S. Exa. tinha do concurso de um homem, que ousasse por si mesmo, e só por si, arrostar as resistências coligadas dos interesses partidários e que tivesse abnegação bastante para espontaneamente tomar sobre si a responsabilidade de encaminhar, pelo verdadeiro caminho e único eficaz, a questão da paz do Rio Grande”.

Ao general negociador da paz não faltou a necessária perspicácia para ver claramente que o presidente se sentia coacto, sem deliberação nem ação, sob a influência dominadora de um poder oculto, que o embaraçava e lhe tolhia os movimentos, deixando no entanto correr à revelia os negócios da guerra civil, que agitava e perturbava o país. Pareceu-lhe por isso indispensável que alguém, emancipado da pernicioso influência política, “ousasse por si mesmo” deliberar e agir sob a sua exclusiva responsabilidade. Com esta orientação marchou o valoroso general para o seu posto, “sem levar instruções nenhuma do presidente”, e disposto a promover a pacificação, que, com tanta felicidade, levou a bom êxito.

Eram talvez os fatos desta natureza que impressionavam a opinião pública e geravam conjecturas sobre a existência de um poder político empolgante e avassalador, anulando a autonomia presidencial.

O Partido Republicano Federal recebera das mãos dos seus organizadores uma bandeira tão ampla que podia abrigar à sua sombra os representantes de

todas as idéias, mesmo as mais contrapostas – os federalistas e os unitaristas, os presidencialistas e os parlamentaristas. As divergências no tocante à resolução dos problemas de administração igualmente não criavam incompatibilidades no mesmo acampamento, e sob a mesma bandeira podiam estar sem constrangimento moral ou político, agrupados os adeptos de todos os processos, embora os mais contraditórios.

Mas, ainda aí, nessa dupla ausência de coesão de idéias e de conformidade de sentimentos estava o germe de dissolução, sob cuja influência deletéria devia fatalmente cair esfacelada essa massa informe. Não é, portanto, como a princípio se pretendeu, nos acontecimentos da Escola Militar e subsequente crise política, que se deve procurar a causa da cisão que se produziu no seio do numeroso partido, em 1897: ele já trazia, no próprio organismo, o *morbus* que lhe minava a existência desde a hora em que saiu, armado, do cérebro do seu criador.

Sempre julguei assim esta organização; posso até dizer que tive a previsão segura dos fatos. Em agosto de 1896 – desempenhava eu então o cargo de presidente do Estado de S. Paulo – respondendo a uma carta do Dr. Bernardino de Campos, me exprimia nestes termos:

“O que V. me diz confirma minha velha opinião. A nossa política carece de firmeza e orientação clara, e isso vai-nos enfraquecendo e perturbando a nossa marcha. Os elementos agitadores, que se aninham em nosso seio, comprometem-nos, pois que, à sombra da nossa condescendência, vão acarretando a nossa responsabilidade na sua ação, francamente e calculadamente anarquizadora. Isto nos enfraquece, porque nos desacredita, apresentando-nos como incapazes para o governo. Os últimos sucessos, se não produziram desastres, deverão servir-nos de advertência. Está claro que não podemos dirigir o elemento agitador e nem devemos presumir que ele chegue a subordinar-se à nossa direção. Ao contrário, os exaltados é que nos vão levando, a reboque nas suas arruaças, *meetings* de indignação, etc. Eles arranjam as crises, e nós agüentamos com as responsabilidades delas. Penso que temos a escolher: ou os declaramos adversários e lhes damos combate decisivo, ou renunciemos à aspiração de formar um partido conservador, ordeiro, governamental e orgânico. Ficamos nisso que aí está, que é a anarquia, no meio da qual os nossos homens se vão perdendo como incapazes, e a desconfiança que se forma em torno de nós. Este é o elemento perverso em todas as democracias.

Cassagnac nunca encontrou melhor aliado do que Clemenceau, o purista republicano, devorador de gabinetes. O que V. me conta do Rio é a reprodução no nosso país desta extravagância. Diga a Glicério que um chefe não pode condescender em pontos fundamentais, sem enfraquecer a sua autoridade; e o chefe que se enfraquece está no risco de perder o comando, aliás impossível diante das vontades intransigentes. Basta de Câmaras agitadoras. Precisamos governar com

order
Todo
outro
gover
dos o
senão

A
organ
desme
se cor
repres
indica
Feder:
sessão
exone
declar
em ui
delibe
quem
condiç
unifor
preme
dissim
no seu

“D
eu não
porém
dar tan
minha
dades c
Câmar:
intervir
Pernar
bilidad

O S

O S
ao país,
a atitud
relação

O S

ordem para governar bem. V. sabe que não é por estar no governo que digo isto. Todos conhecem a minha índole conservadora, que, uns por erro de apreciação, outros por espírito de hostilidade, qualificam injustamente de autoritária. No governo, a minha responsabilidade pela direção partidária não é tão direta como a dos outros, e é por isso que me permito estas considerações, que não têm por fim senão chamar à meditação.”

Aí está claramente demonstrado que não me inspirava confiança aquela organização partidária e que de tal partido não havia que esperar senão o desmembramento. Mas, entre os pródromos mais próximos da cisão, apresentava-se como sinal inequívoco a divergência entre o chefe do Partido Federal e os representantes de Pernambuco. Este incidente causou viva impressão, porque indicava sinais de ameaças e perigos no horizonte do Partido Republicano Federal. Ouviam-se já os estalidos que precedem o esboroamento do edifício. Na sessão da Câmara, de 14 de maio de 1897, os deputados por Pernambuco exoneraram-se de todas as comissões permanentes de que faziam parte. Um deles declarou o verdadeiro motivo que havia determinado essa conduta. Referiu que em uma das reuniões dos membros do Partido Republicano Federal fora deliberado que o chefe desse partido fizesse a escolha dos nomes das pessoas em quem devia recair a votação. “Votou contra essa medida, disse ele, e em tais condições julgava não dever fazer parte da comissão.” Diante da conduta uniforme destes deputados, significando uma resolução de caráter político, premeditada e combinada em conselho de amigos, o Sr. Glicério, sem tentar dissimular as dificuldades da situação, antes encarando-a tal qual se apresentava, no seu verdadeiro aspecto político, apressou-se em subir à tribuna e dizer:

“Diante da declaração dos nobres deputados que falaram em primeiro lugar, eu não tinha senão que me curvar respeitoso à deliberação de S. Exas. Depois, porém, que o Sr. Pereira de Lira acentuou, com franqueza, o motivo que o levava a dar também a sua demissão, V. Exa. compreende que, obedecendo aos ditames da minha consciência e julgando assim desempenhar-me das graves responsabilidades que sobre mim pesam, como chefe do Partido Republicano Federal (note a Câmara que é a primeira vez que aludo a essa qualidade), não posso deixar de intervir no incidente para dizer, com o devido respeito aos nobres deputados por Pernambuco, que S. Exas. estão assumindo neste momento gravíssima responsabilidade. (*Muito bem, muitos apoiados.*)

O Sr. Pereira de Lira – Peço a palavra para uma explicação pessoal.

O Sr. Francisco Glicério – Não pode ser estranha à Câmara, e poderei dizer mesmo ao país, a atitude dos nobres deputados por Pernambuco, ou, para ser mais franco, a atitude do ilustre chefe do Partido Republicano Federal Pernambucano, em relação à atual situação parlamentar.

O Sr. Pereira de Lira – Qual é essa atitude?

O Sr. Francisco Glicério – Toda a gente sente que uma séria divergência vem desde algum tempo separando os nossos ilustres amigos de Pernambuco da direção central do nosso partido. (*Muito bem.*)

“Não é preciso referir fatos, eles são aliás mais conhecidos da opinião pública do que de mim próprio. Não costumo simular posições, pois se alguma virtude tenho como homem público, é antes a da franqueza e a da diligência do que a das posições simuladas”.

Cumpre refletir que essa sessão, na qual se denunciou “que uma séria divergência vinha minando o Partido Republicano Federal, desde algum tempo”, apenas precedeu de quatorze dias àquela em que foi apresentada a moção Seabra, por ocasião dos acontecimentos da Escola Militar. É certo, portanto, que tais sucessos foram apenas a causa ocasional de uma cisão que já se fazia sentir anteriormente por manifestações positivas.

Estávamos no momento crítico que precede a eleição presidencial. As ambições tumultuavam, surgindo candidaturas de diversos grupos. A agitação era profunda em todos os espíritos, por isso mesmo que as pretensões se apresentavam intransigentes e irreconciliáveis. Só isso bastava, não simplesmente para afrouxar os tênues laços partidários, que ainda pudessem existir, mas para carregar de paixões a atmosfera política. Todos os manejos da astúcia e todos os ardis da intriga vieram a campo. Para ter-se uma idéia precisa de quanto a eleição presidencial exaltava os ânimos, basta lembrar as cenas lamentáveis que se deram dentro e fora do edificio do Senado, quando ali se reuniu a Convenção do Partido Republicano Federal¹.

Destacavam-se, entretanto, destas múltiplas subdivisões dois grandes agrupamentos, entre os quais mais se acentuava o antagonismo das tendências. Em suas tradições eles representavam os dois elementos que figuravam no governo de Floriano Peixoto, uns como governistas, outros como oposicionistas.

Até esse momento o meu nome não tinha aparecido por qualquer forma entre os candidatos que iam sendo lembrados, tivessem ou não elementos de êxito.

1. Na noite de 5 de outubro de 1897, os convencionais oposicionistas reuniram-se em sessão íntima na residência do deputado paulista Rodolfo Miranda para a escolha prévia dos seus candidatos. Essa reunião fora profundamente perturbada pelos desgostos, que acarretou a surpreendente e imprevista solução adotada pela maioria. No dia seguinte reuniram-se de novo, em sessão definitiva, no recinto do Senado, para homologarem a indicação prévia. Segundo a narração dos que testemunharam o fato, ao entrar o Sr. Glicério na sala das sessões, romperam das galerias, repletas de assistentes, ruidosas manifestações de desagrado à sua pessoa, ao que ele respondeu levantando vivas à República, ao Exército e ao general Artur Oscar. As mesmas manifestações reproduziram-se mais estrepitosas e ameaçadoras quando ele anunciou o resultado do escrutínio. Fora do recinto, ao retirarem-se os convencionais, redobram as vaias, chegando mesmo alguns dos mais exaltados a se dirigir, aos gritos de “Mata! Mata!”, a um carro em que se supunha estar o chefe do Partido Republicano Federal. Tal era no seio deste partido a exaltação produzida pela escolha dos candidatos à presidência da República.

Foi nestas condições que sobreveio o caso da Escola Militar, que em substância não concorreu senão para precipitar a manifestação de uma crise, que de tempos anteriores se vinha fazendo anunciar por sinais característicos.

Para atender à necessidade de remessa de armas e munições, que eram requisitadas do Rio Grande do Sul, onde se anunciava uma nova invasão por parte dos federalistas, e estando desfalcada a Intendência da Guerra, determinou o governo que fossem retiradas, para ter aquele destino, as que existiam na Escola Militar. Os alunos não receberam bem esse ato, que tomaram como uma manifestação de desconfiança, e resolveram constituir uma comissão encarregada de solicitar os bons ofícios do coronel Hermes da Fonseca, hoje marechal do Exército, comandante do 2º Regimento de Artilharia, a fim de obter do ministro da Guerra que fosse sustada a execução daquelas ordens. Aceitando a incumbência, prometeu o coronel tratar do assunto com o ministro, marechal Carlos Machado Bittencourt, sob a condição, porém, de que, por sua vez, sustariam os alunos qualquer procedimento até que lhes fosse dada uma resposta. Adotada esta preliminar, iniciou ele o desempenho da sua missão, procurando no mesmo dia o ministro; como, porém, não o encontrasse, entendeu-se a esse respeito com o general Malet, Quartel-Mestre-General do Exército, que, ouvindo-o e julgando grave a situação, prometeu falar, ele próprio, ao marechal Bittencourt sobre o assunto. Acrescentou, entretanto, o general Malet que a suposição dos alunos era completamente infundada, visto ser real a necessidade, que tinha o governo, das armas e munições para o indicado destino, mostrando ao coronel Hermes o telegrama que continha a requisição.

No dia seguinte, o coronel Hermes foi ao Palácio procurar o ministro da Guerra e, como ele ali ainda não estivesse, resolveu esperar na sala da casa militar. Logo, porém, chegou o ministro, e antes que o coronel tivesse ocasião de falar-lhe, teve pelo telefone notícia de que a Escola se havia revoltado, estando preso o respectivo comandante, general Girard, e o comandante do corpo de alunos, coronel Trompowsky, e conservando-se os alunos em pé de guerra, depois de se haverem apoderado de todas as armas e munições. Expôs então o coronel Hermes o que tinha ocorrido acerca de sua missão ao ministro, limitando-se este declarar:

“É tarde; as ordens estão dadas e não de ser cumpridas. Não posso voltar atrás”.

Depois disto retirou-se o ministro para conferenciar com o presidente. Permaneceram na sala da casa militar o ministro da Fazenda e o coronel Hermes, e aí, após longas ponderações, sendo lembrada a conveniência de ir o mesmo coronel à Escola, replicou ele estar pronto, contanto, porém, que isso merecesse aprovação do presidente. Assegurada esta aprovação, o coronel partiu, mas já encontrou o corpo de alunos em armas e presos os comandantes da Escola e do corpo. Procurou o general Girard e disse a que ia.

– Pode fazer o que quiser – respondeu-lhe o general. – Eu aqui já não tenho autoridade.

– Nada posso fazer – ponderou o coronel Hermes – sem a sua autorização. Não reconheço o corpo de alunos como potência, e para mim o senhor continua a ser o comandante da Escola.

Aquiescendo o general Girard, o Coronel dirigiu-se ao capitão Servílio Gonçalves, instrutor do corpo de alunos, e mandou tocar a reunir. Reunido o corpo, o Coronel declarou-lhes qual era o seu intuito, fazendo-se entre os alunos prolongado silêncio. Perguntou-lhes então o Coronel:

– Os senhores nada respondem?

Destacou-se uma comissão e declarou que os alunos deixariam as armas, desde que o Coronel lhes afirmasse que nada sofreriam. Ponderando ele que isso não podia garantir, visto que já tinham cometido uma grave falta, merecedora de grande punição, mas que interviria junto ao governo para que a mesma falta fosse atenuada, replicaram os alunos que, nesse caso, mantinham a sua atitude. Malograda assim a sua missão, retirou-se o Coronel para Palácio, tendo em caminho encontrado a força que marchava para a Escola. Esta força compunha-se do 1º Batalhão de Infantaria, comandado pelo tenente-coronel Eduardo Bittecourt, do 10º, também de infantaria, comandado pelo tenente-coronel Tomé Cordeiro, e de uma bateria do 2º Regimento de Artilharia.

Chegando a força à Escola, parou com o capitão Servílio, que facilitou a entrada. Submeteram-se os revoltosos.

Reprimido o movimento, o governo ordenou que fossem desligados da Escola os alunos que nele tomaram parte e remetidos para os diversos corpos do Exército no Sul e Norte da República. A ordem foi restabelecida.

Tal é o fato, segundo me foi narrado por testemunha presencial fidedigna.

Os sucessos da Escola Militar tiveram larga repercussão no mundo político, onde foram acolhidos com a sofreguidão dos que apenas aguardam a superveniência do pretexto para um desenlace premeditado. Dir-se-ia, ao observar a presteza com que os grupos se separaram, alinhando-se em campos opostos, que no seio do Congresso tudo havia sido predisposto, com ordem e disciplina, para que cada um tomasse o seu lugar ao primeiro sinal de combate. E quem estudasse atentamente a fisionomia das duas facções, veria reproduzido o mesmo aspecto político que apresentava a Câmara dos Deputados durante o governo do marechal Floriano, com uma só diferença: os opositoristas de outrora arregimentavam-se então em torno do governo de Prudente de Moraes, e declaravam-se opositoristas os que se diziam representantes da tradição florianista. O nome do Marechal de

Fer
sob
rep

qua

ger
apr

lar-
pre

pre
mc
pre
ter

pro

ilu
ao
pe
int
Int.

fra
mc
pe
af
pa
irr

to
ac

Ferro, a toda a hora evocado, chegou a ser um verdadeiro grito de guerra, sobretudo entre os elementos mais exaltados. Queriam estes ser os genuínos representantes do republicanismo brasileiro.

Esta particularidade é de grande importância para o estudo da situação, da qual surgiu a minha candidatura à presidência da República.

Na sessão da Câmara, de 28 de maio, o Sr. Seabra, aproveitando-se do estado geral dos espíritos e no visível empenho de apressar a solução da crise latente, apresentou, por sua própria inspiração, o seguinte requerimento:

“Requeiro que a mesa da Câmara nomeie uma comissão, a fim de congratular-se com o Sr. presidente da República, pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição, no dia 26 do corrente”.

Justificando a sua proposta, declarou o Sr. Seabra que ela estava dentro dos precedentes da Câmara, e que, se tomava a iniciativa, “era porque até aquele momento não vira a solidariedade da Câmara dos Deputados para com o presidente da República”, insinuando, intencionalmente, que tal iniciativa deverá ter partido do *leader* da maioria, deputado por S. Paulo.

Estava empenhada a luta.

O Sr. Glicério corre à tribuna e assim procura justificar o seu voto contra a proposta:

“Não me convenço, e digo isto sem a mais leve intenção de desrespeitar ao ilustre autor da proposta, assim como àqueles dos nobres colegas que aderiram ao pensamento de S. Exa.; não me convenço, não posso persuadir-me de que o pensamento que ditou o requerimento do nobre deputado fosse tão-somente o interesse frio e governamental do restabelecimento da ordem pública. (*Apoiados. Interrupções. Apartes.*) Santo Deus!

Entrei nesta parte das minhas observações, pedindo que me relevassem a franqueza, pois que o império do momento não me permite ocultar um só dos meus pensamentos. Eu dizia que o requerimento reproduz, sob o pretexto de se pedir à Câmara uma prova de confiança ao governo, um certo sentimento que por aí agita os espíritos nas nossas fileiras, que invade o nosso próprio organismo partidário e que, se a tempo não for chamado à superfície, pode trazer danos irreparáveis. (*Apoiados.*)

É por isso, Sr. Presidente, que eu peço licença para afirmar que o requerimento do nobre deputado pela Bahia teve por fim dividir-nos, visando claramente a colocar-nos nesta alternativa: aprovarmos a proposta e condenarmos, não o ato de

indisciplina dos rapazes, mas a solidariedade legalista e republicana que nos prende àquele histórico depósito das nossas afeições, ou rejeitarmos a proposta, significando assim da nossa parte desconfiança ao presidente da República". (*Apoiados repetidos em muitas bancadas.*)

A proposta foi rejeitada em votação nominal por oitenta e seis votos contra sessenta. No dia seguinte o presidente da Câmara, afirmando a sua solidariedade com os que haviam apoiado a proposta, considera-se divorciado da maioria, que a rejeitou, e por isso, renuncia ao cargo que ocupava pelo voto da mesma Câmara. Esta renúncia, contrariamente a todos os estilos, foi aceita por 79 votos contra 71.

Dando maior clareza à situação, publicou o *Jornal do Commercio*, do dia 29, uma *varia*, cujo elevado alcance político a ninguém escapou. Eram estes os seus expressivos termos:

"Julgamo-nos autorizados a declarar que o Sr. Francisco Glicério não interpreta perante o Congresso a política do Sr. presidente da República, como se tem feito acreditar em certos grupos políticos. O discurso pronunciado ontem pelo Sr. deputado por S. Paulo no debate suscitado pela moção do Sr. Seabra, a propósito dos acontecimentos destes dias e os seus temerários incitamentos à revivescência de paixões que devem desaparecer, denuncia aliás a sua completa divergência dos atos que entendeu praticar o Sr. presidente da República. É provável que a situação se torne mais franca e desapareçam as ambigüidades de certas atitudes políticas, tomando cada um a sua posição e as responsabilidades que lhe pertençam perante a opinião".

Esta declaração produziu a impressão do relâmpago, que súbito ilumina o horizonte. Dados os precedentes do *Jornal*, a sua atitude circumspecta e estranha aos interesses partidários de qualquer ordem, tornou-se evidente que a notícia tivera origem no palácio do Catete, onde na véspera tinham estado em demorada conferência com o presidente da República dois dos mais graduados representantes do velho órgão da imprensa fluminense. O próprio Sr. Glicério, referindo-se da tribuna da Câmara a essa publicação, significou que, sem se animar a classificá-la de oficial, não deixava, contudo, de "ver nela a autenticidade da origem". No geral conceito, portanto, o *Jornal* publicava as próprias palavras do presidente. Era o Sr. Prudente de Moraes que vinha, com toda a solenidade, cassar o mandato moral conferido ao chefe do Partido Republicano Federal, para que pudesse, no seio da representação nacional, exprimir os sentimentos do supremo magistrado da República e falar em nome dos interesses da pública administração. Embalde tentará o Sr. Glicério, por um supremo esforço, aparar o formidável golpe, procurando nas sutilezas, de uma distinção, entre *leader* do governo e *leader* do seu partido, o ponto de apoio que lhe fugia sob os pés, como das mãos lhe escapara o bastão de comando. O que ele chamava o seu partido era, e não podia deixar de ser, um instrumento de governo, tal como se compreende no regime representativo: a maioria, que a sua personalidade encarnava, era necessariamente uma

maio
govei

A
pori
ros d

S
assur
Estac
prod
naqu
quan

"
to fel
Glicé
incita
traba
govei
rio. R
com:
govei

P
se ac
Barro
neces
gover

A
autor
Hou
para
tanto
pront
autor
Andr
minh
porta
conse
Sr. G
tão ci

1. Alcir

maioria governamental, representando no seio do Congresso o pensamento do governo, e agindo com este em perfeita uniformidade de vistas.

A destituição era, pois, formal. Ficavam extintas as relações políticas e tinham por igual desaparecido os vínculos morais que ligavam os dois antigos companheiros de propaganda republicana.

Sem haver tomado parte na fundação do Partido Republicano Federal, sem ter assumido responsabilidade alguma na sua direção, e estando na presidência do Estado de S. Paulo, achei-me eventualmente isento dos atritos que então se produziram na política federal¹. Observava, entretanto, com viva inquietação, que naqueles sucessos se achavam envolvidos altos interesses da República. Foi então quando recebi, no dia 29, do Sr. Prudente de Moraes, o seguinte telegrama:

“Câmara dos Deputados rejeitou, ontem, por 86 votos contra 60, requerimento felicitação governo pela energia com que reprimiu sublevação Escola Militar. Glicério falou e votou contra. Votação Câmara constitui hostilidade ao governo e incitamento novas revoltas militares. Situação muito grave. Amigos governo trabalham para conseguir segunda-feira manifestação da Câmara em apoio do governo. Deputados paulistas cinco votaram com o governo e cinco com Glicério. Representação S. Paulo precisa escolher entre o governo com a ordem e Glicério com anarquia militar. Peço a sua intervenção para que deputados paulistas apoiem governo, fazendo vir já Rubião, Flaquer e outros que lá estão”.

Para essa noite promovi, em Palácio, uma reunião dos deputados federais que se achavam em S. Paulo. Compareceram os Srs. Bueno de Andrada, Lucas de Barros, José Rubião e outros. Dando-lhes conhecimento do telegrama, fiz sentir a necessidade de partirem imediatamente para o Rio, a fim de prestarem apoio ao governo, que dele muito necessitava em tão delicada emergência.

A circunstância de se acharem no conflito, em posições opostas, dois dos mais autorizados chefes da política paulista, criava sério embaraço à escolha da atitude. Houve, como era natural, grande vacilação. Intervi, então, e o meu conselho foi para que se amparasse o governo, que eu julgava ter bem cumprido o seu dever, tanto assim que lhe mandara parabéns, desde que tive conhecimento da sua ação pronta e enérgica na manutenção da ordem e na defesa do prestígio da primeira autoridade da República. Após demoradas considerações, o Sr. Bueno de Andrada perguntou se eu me proporia a dirigir ao Sr. Glicério, no sentido das minhas idéias, uma carta da qual ele e seus companheiros presentes seriam portadores. Sem hesitar, escrevi e entreguei-lhe a carta, em que me referia aos conselhos dados aos deputados paulistas e apelava, afinal, para o patriotismo do Sr. Glicério, cuja posição, a meu ver, não podia ser senão ao lado do governo em tão crítico momento.

1. Alcindo Guanabara – *Presidência Campos Sales*.

Sei que a missiva chegou às mãos do seu destinatário e que também foi lida pelo Sr. Bernardino de Campos. Tenho necessidade de fixar bem estes pontos para patentear, à plena luz, os excessos a que foram levados os meus adversários na paixão com que me agrediram, ao ponto de afirmarem em todos os tons, pela sua imprensa, que só cheguei a aderir à causa do governo “quando Prudente de Moraes, por ocasião da minha estada na Capital Federal, se ofereceu para indicar e apoiar a minha candidatura”. Sobre este falso motivo bordaram inúmeros artigos sob a sugestiva epígrafe – *Por um prato de lentilhas*.

Nem sequer estavam em boa fé os que assim me irrogavam a feia ação; tinham consigo a prova documental em contrário do que afirmavam. Confortava-me, entretanto, a lembrança de que eles próprios já me tinham visto, por infinitas vezes, a seu lado, suportar impávido, com desdenhoso desprezo, todas as audácias da calúnia.

A muitos se afigurou que ainda era tempo de conjurar a crise, detendo o curso dos acontecimentos e evitando que a cisão partidária chegasse às últimas conseqüências. Traduzindo este pensamento, recebi do Sr. Rodolfo Miranda, deputado por S. Paulo, o seguinte apelo, por telegrama de 30 de maio:

“Devido funesta divergência entre homens que a República tem de mais puro e elevado, os acontecimentos políticos agravam-se vertiginosamente. Considero urgente e indispensável sua boa e valiosa intervenção para evitar novas desgraças à República. Apelando para a sua dedicação gloriosa à República e afeto pessoal para com os chefes divergentes, imploro, como republicano e seu devotado amigo, sua intervenção, aqui vindo, o que será de efeito pronto e salvador”.

A julgar pelas suas ligações pessoais, o Sr. Rodolfo Miranda devia estar mais próximo do Sr. Glicério, a cuja facção, aliás, acompanhara desde o primeiro instante. Eu não podia deixar de receber com particular apreço a iniciativa deste amigo leal e dedicado, cheio de serviços, os mais abnegados e relevantes, à propaganda republicana; mas até aquele momento não julgara oportuna a minha intervenção, principalmente porque, nas condições em que se encontravam os ânimos, não me parecia que pudesse contar com probabilidades de êxito uma missão reconciliadora. No mesmo dia, algumas horas mais tarde, recebi o seguinte telegrama do Sr. Bernardino de Campos, ministro da Fazenda:

“Amigos aceitam a sua intervenção para impedir que a autoridade legal representada no governo seja substituída pela anarquia. Estimaríamos que não houvesse sacrifício pessoal; porém, o que está afetado é o princípio da ordem, que não podemos abandonar; nisto é dever não transigir, sobretudo nas circunstâncias ocorrentes, que nos obrigam a perder tudo, menos a honorabilidade do poder público. Seu prestígio e a sua posição alheia aos fatos muito poderão conseguir, urgindo fazer o que for possível”.

Em J
represent
permitido
concurso
influência
Não tinh
cumpria
ver no m

Logo
nessa noi
cho do C
a sua pre
um gabin
questões
demais a
de admir
acertado
revestido
francas ex
amigos, g

Coloc
minucios
que mani
contudo
não seria
conciliad
empregar
os meus
divergent
da boa ve
desde log

Assim
Campos
Pinheiro
entre nós
inúteis, to
ora de ou
nhadas. E
presidente
que o pres
outros, po

Em presença destas solicitações, que, pela posição dos que as firmavam, representavam evidentemente os dois elementos em ação, julguei que não era permitido escusar-me sem acarretar a responsabilidade de haver negado o meu concurso, no momento em que o consideravam de alguma eficácia. Sob a influência destes sentimentos, parti para o Rio no trem da manhã do dia seguinte. Não tinha ilusões acerca do resultado da minha missão, mas ia seguro de que cumpria o dever. A dupla origem do chamado bastava para que ninguém pudesse ver no meu procedimento uma intervenção impertinente ou indiscreta.

Logo que cheguei, tive aviso de que o presidente da República me receberia nessa noite. Compareci. O Sr. Prudente de Moraes recebeu-me na sala de despacho do Catete, cercado de todos os ministros, em derredor da grande mesa e sob a sua presidência. Não teria mais solenidade, em uma monarquia parlamentar, um gabinete reunido sob a presidência do soberano, para deliberar sobre as graves questões de Estado. Confesso que me causou certa perturbação o aspecto por demais aparatoso dessa recepção. Pensava eu que, em se tratando, não de assunto de administração, mas de uma crise política, ou meramente partidária, mais acertado teria sido que o meu primeiro encontro com o presidente houvesse revestido um caráter mais reservado, quase íntimo, dando largueza às nossas mais francas expansões, tanto mais que teríamos necessidade de apreciar a conduta de amigos, gloriosos veteranos da nossa tradicional campanha republicana.

Colocado no topo da mesa, *vis-à-vis* do presidente, ouvi atentamente a sua minuciosa exposição acerca das ocorrências, os alvites que sugeriu e os desejos que manifestou de chegar a um acordo, que pudesse reconciliar os ânimos, sem contudo afetar o prestígio do poder. A impressão que tive foi de que o presidente não seria um obstáculo, pois ele estava sinceramente animado de espírito conciliador. Manifestando então o que pensava acerca das diligências que ia empregar e salientando a circunstância, para mim muito ponderável, de encontrar os meus mais antigos e melhores companheiros de lutas políticas nos dois lados divergentes, fiz sentir, como primordial, a necessidade de contar com o concurso da boa vontade do governo para o êxito da delicada missão. Estabeleci, porém, desde logo, a ressalva do prestígio do poder, como justa e indeclinável.

Assim, investido da imprescindível autorização, pedi ao Sr. Bernardino de Campos que me acompanhasse na entrevista que ia ter com os Srs. Glicério e Pinheiro Machado. As relações de afetuosa amizade que sempre tinham existido entre nós permitiam que nos entendêssemos com absoluta franqueza. Foram inúteis, todavia, os esforços empregados. Um certo melindre alegado, ora de um, ora de outro, impedia que chegasse a termo qualquer das combinações encaminhadas. Era ponto fundamental das divergências o preenchimento do cargo de presidente da Câmara dos Deputados. Do lado dos amigos do governo entendia-se que o presidente demissionário devia ser reeleito com o apoio dos dois grupos: aos outros, porém, essa cláusula se afigurava uma capitulação. Surgiu o alvite da

apresentação de um nome menos envolvido nos acontecimentos, e foi indicado o prestigioso Sr. Francisco de Sá, deputado pelo Ceará, e ao mesmo tempo vinculado ao Estado de Minas pelo nascimento. Eis como ele próprio narrou da tribuna da Câmara dos Deputados a maneira por que surgiu a sua candidatura àquele posto e o que ocorreu em torno da sua individualidade:

“A todos os espíritos patriotas impõe-se a necessidade de evitar que em uma luta, provocada por interesses inferiores, a sorte do governo fosse identificada com a de um partido nascente. Quiséramos que nessa contenda não se colocassem atrás dos combatentes as sombras das potestades olímpicas, como nas pugnas das *Iliadas*.

Todo o esforço se fez para evitar o conflito, e dou testemunho da patriótica iniciativa que teve a representação de Minas Gerais, da qual me fiz órgão para promover a conciliação e evitar que a luta se verificasse no terreno em que artificialmente e inconstitucionalmente se pretendeu colocá-la.

Por essa razão, Sr. Presidente, por um conjunto de circunstâncias que no espírito de meus amigos prevaleceu sobre a obscuridade do meu nome...

Um Sr. Deputado – V. Exa. está mostrando que a lembrança não podia ser mais feliz.

O Sr. Francisco Sá – ... foi este oferecido, não como bandeira de guerra, mas como símbolo de paz, desinteressado, como estivera, da peleja, desprevenido dos antecedentes, desligado dos compromissos que as paixões do dia criaram. E somente para prestar à República o serviço de afastar essa luta, cujas consequências me faziam tremer, eu me dispus ao sacrifício, tão superior às minhas forças, tão contrário às tendências e às necessidades atuais do meu espírito.

Mas o governo pareceu que se tratava de fazer uma transação, e que não era lícito transigir. Era transação, sim; mas transação legítima, honesta, patriótica, transação entre os interesses políticos em luta, transação tendo por fim colocar o princípio da autoridade, inacessível e forte, acima das pequeninas competições de grupos partidários. (*Apoiados.*)

O Sr. Seabra e outros dão apartes.

O Sr. Francisco Sá – Posso afirmar que, julgando-me obrigado por aquela delegação a entender-me com diferentes chefes, encontrei os diretores do Partido Republicano Federal nas melhores disposições de ânimo, na maior cordura, dominados pelo desejo de evitar que o conflito estabelecido tomasse a perigosa feição de uma luta entre os dois poderes políticos da nação. (*Apartes.*)

Muito menos infeliz me deveria considerar pelo insucesso da minha intervenção, se esforços daqueles que muito mais valem do que eu, e de muito maior

responsal
senão hou

Assim
significati
em que se
tos. De ar
sem humi
firmeza d
persevera
falta de u

Estava
consignad
Prudente
impulso c
irreconcili
empresa ir
um partic
Expressinc
esta impor

O que
ao contrári
manejos fe

Do lad

“Pelo q
ou a retirar

É evide
motivos po
pela simple
fatos com
discórdias,
ainda, e ser
Republica.

Até ao m
os políticos
do governo,
candidatos c
de uma indi

responsabilidade estão investidos na direção e conservação da ordem política, senão houvessem igualmente malogrado. (*Apartes.*)

Assim foi. A eleição do presidente da Câmara, pelas circunstâncias altamente significativas em que se abria a vaga, estava fatalmente destinada a ser o terreno em que se extremariam intransigente e irreconciliavelmente os dois agrupamentos. De ambos os lados considerava-se que não era possível ceder, nesse terreno, sem humilhações. Pude observar também que se depositava grande esperança na firmeza da resistência. A vitória, segundo esse critério, caberia a quem tivesse mais perseverança. Assim, pois, era claro que os antagonistas não se reconciliariam, por falta de uma ponte que os pudesse aproximar.

Estava, enfim, malograda a minha missão. Devo contudo deixar aqui consignado que a impressão que me ficou foi de que, tanto por parte do Sr. Prudente de Moraes, como parte do Sr. Glicério, a crise teria sido conjurada, se ao impulso das suas tendências conciliadoras não se opusesse a resistência dos irreconciliáveis de um e de outro lado. Não eram poucos os que pensavam ser empresa irrealizável o restabelecimento dos laços de disciplina e coesão no seio de um partido que de longe vinha perturbado por profundos dissentimentos. Exprimindo esta opinião, fez o deputado Frederico Borges da tribuna da Câmara esta importante declaração:

O que acaba de dar-se, em vez de trazer apreensões ao meu espírito, traz-me, ao contrário, grande satisfação de ver definidas as posições, desmascarados os manejos feitos contra os republicanos dedicados e sinceros ao regime. (*Apoiados.*)”

Do lado oposto opinava o Sr. Bernardino de Campos (carta de 30 de maio):

“Pelo que parece, trata-se de obrigar o governo ou a adotar uma candidatura, ou a retirar-se para ser o posto ocupado por quem a adote”.

É evidente, em presença de tão valiosas testemunhas, que a crise, resultante de motivos poderosos que vinham atuando de muito longe, não podia ser debelada pela simples cessação das causas ocasionais. Em ponto culminante, dominando os fatos com a sua assinalada influência, segregando os elementos e gerando discórdias, estava o problema do momento – a eleição presidencial. Desta vez ainda, e sempre, era este o grande eixo em torno do qual girava a política da República.

Até ao momento em que se deu a cisão – este fato tem uma importância capital – os políticos que depois dela vieram a formar a agremiação que se colocou ao lado do governo, não tinham ainda manifestado a sua preferência por qualquer dos candidatos que iam sendo lembrados, nem tão pouco haviam tomado a iniciativa de uma indicação. Todos os nomes, até então levantados, achavam-se, após estes

sucessos, inscritos sob a bandeira da facção oposicionista. Os situacionistas encontravam-se assim na plenitude da sua liberdade de escolha. Mais uma circunstância, que muito veio influir na solução afinal adotada: os oposicionistas, conforme já fiz notar, jactavam-se de ser os puritanos, os representantes genuínos do republicanismo brasileiro, apontando os seus correligionários mais eminentes como os legítimos depositários das verdadeiras tradições republicanas. Os governistas, porém, não cediam a primazia aos seus adversários e expunham a lista dos veteranos da República, que acampavam nos seus arraiais.

Foi nestas condições que o meu nome começou a sair da penumbra, apontado como o de um republicano histórico, ao serviço da idéia republicana desde a primeira hora de combate contra o regime decaído. Embora sem o valimento de outros, podia contudo figurar, por antigüidade, dedicação e lealdade, ao lado dos mais ilustres dentre os que comandavam as hostes oposicionistas.

A 18 de junho, escrevia-me o Sr. Bernardino de Campos, fazendo-me a primeira comunicação direta, que até então eu tivera, acerca da minha candidatura. Dizia ele:

“Seu nome surgiu dentre as esperanças dos políticos que rodeiam o governo, como centro de aspirações pela ordem constitucional, sustentada por um republicano histórico de nome feito e capacidade comprovada. Nenhum dos senões opostos a outros, nenhuma suspeição possível, nenhuma contestação a não ser de ordem geográfica”.

Apareceram então as manifestações de Minas e da Bahia, dois grandes Estados de incontestável e legítima influência política, onde a minha candidatura fora lançada sob o auspicioso apoio de autorizados chefes.

A Convenção, que oportunamente se reuniu, não fez, portanto, mais do que homologar uma opinião assentada nos altos conselhos da política republicana, em que pese aos que, mal-inspirados pelo calor da refrega, encontravam na minha candidatura o vício original de ter saído do Catete. O Sr. Prudente de Moraes, no desempenho das suas funções de chefe da dissidência paulista, teve por conveniente declarar com certa solenidade que a sua consciência não o acusava do pecado de haver concorrido para a minha apresentação ao alto cargo de presidente da República. Qualquer que tenha sido o sentimento que inspirou esta declaração, nunca deixarei de tributar-lhe a mais profunda gratidão por este movimento de sinceridade, que limpa a minha candidatura da mácula que lhe atribuíam os adversários.

A minha candidatura exprimiu exclusivamente uma necessidade criada pelas circunstâncias políticas da época.

Proclamado candidato pela Convenção, restava tratar do modo por que devia apresentar-me ao eleitorado nacional. Invocando precedentes, pretendeu-se que a

apresei
profess

Nã
ção de
Peixoto
feverei
assembl
fato isc
tratanc
govern
e que
partidã
mesmo
em des
portan
idéias
deste p
A inde
preste

Fo
teve d
Quem
as sua

De
detalh
norma
acordo
dedica
daque
a gran

1. “O p
Partido
constitu
sustenta
Assim, a
idéias d
Assegur
executa
enuncia
Sales.”

2. E. Pi

apresentação fosse feita em nome do partido, de acordo com as idéias que ele professava. O meu programa seria, pois, o programa do partido.

Não aceitei os precedentes, porque eles ainda não tinham recebido a consagração de uma praxe contínua, em largo período. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto saíram da Constituinte, ato contínuo à promulgação do pacto de 24 de fevereiro, quando as candidaturas deviam surgir do próprio seio da grande assembléia. Só restava, portanto, o precedente legado por Prudente de Moraes, fato isolado que não podia constituir uma norma para seguir, sobretudo em se tratando da investidura do mais alto cargo da República. Demais, nos processos do governo existe necessariamente o cunho da individualidade daquele que o exerce e que ao país interessa conhecer, antes de homologar a escolha propriamente partidária. Ora, o agrupamento político que levantava a minha candidatura era o mesmo que apoiava o governo do Sr. Prudente de Moraes, com quem me achava em desacordo sobre questões de princípio e de forma. Era um dever de lealdade, portanto, falar diretamente ao eleitorado, para definir com clareza as minhas idéias e denunciar com sinceridade as minhas intenções. Eu previa também que deste procedimento resultariam consideráveis vantagens para a ação governativa. A independência dessa ação repousa exatamente na subordinação às normas preestabelecidas.

Foi assim que elaborei o meu manifesto de 31 de outubro de 1897. Ninguém teve dele conhecimento antes da sua leitura no grande banquete de S. Paulo. Quem se propõe a consultar opiniões alheias, sujeita-se naturalmente a modificar as suas, e era isso que eu desejava evitar¹.

Demais, como harmonizar em tantos espíritos e por modo completo os detalhes de um programa de governo, do ponto de vista dos princípios e das normas da sua aplicação? Em um conselho de guerra não se acham todos de acordo quanto à tática a seguir: todos são, entretanto, animados da mesma dedicação à pátria². Assim, no governo, as normas variam, segundo a índole daquele que as aplica, embora estejam todos de acordo com o principal objetivo — a grandeza e a prosperidade do povo, de que recebeu a investidura do poder.

1. "O programa com que S. Exa. se apresentou às urnas não era de modo algum o da cisão; era o do Partido Republicano Histórico, era o programa que o propagandista, deputado provincial, o constituinte, o senador, o ministro da Justiça, o presidente de S. Paulo havia sempre defendido e sustentado. O Sr. Campos Sales teve especial cuidado em o assinalar em termos inequívocos Assim, a eleição do Sr. Campos Sales foi a primeira que se efetuou no Brasil em nome de princípios e de idéias definidas.

Assegurada a ordem pública, a paz material e espiritual, o presidente pôde, com segurança e firmeza, executar o programa claro e definido, que na ordem financeira, como na ordem política, havia enunciado com precisão antes de ser investido do poder. — Alcindo Guanabara — *A Presidência Campos Sales.*"

2. E. Pierre — *Politique et Gouvernement.*